





**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS NA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VITÓRIA/PR**

---

**ANTES DE INICIAR A PROVA, LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO:**

1. Aguarde a orientação do aplicador da UniuV para iniciar a prova.
2. Leia, atentamente, as questões, e atenha-se a elas, pois nenhum esclarecimento a mais poderá ser dado, e o sucesso de um concurso está na compreensão do que é solicitado.
3. Utilize somente caneta esferográfica preta ou azul para assinalar a folha de respostas. Utilize lápis e borracha apenas para suas anotações no caderno de provas.
4. Para assinalar as respostas na folha correspondente basta preencher todo o círculo que contém a letra escolhida da questão pertinente da seguinte forma: ●
5. Será nula a prova, se forem assinaladas todas as questões com uma única alternativa de respostas.
6. Serão nulas as respostas rasuradas ou múltiplas para uma mesma questão.
7. Não se atenha às questões que julgar difíceis, volte a elas, se lhe sobrar tempo.
8. Ao início da prova, o aplicador comunicará o período de tempo concedido para a realização dela.
9. Ao término da prova, entregue **TODO O MATERIAL** recebido.
10. Preencha claramente os dados na folha de respostas. Assine e marque seu número de inscrição.
11. Não é permitido, em hipótese alguma, o empréstimo de qualquer objeto.
12. Somente poderá ausentar-se da sala da prova, acompanhado do fiscal volante.
13. Permaneça no local da prova pelo prazo mínimo de uma hora, a contar do início da prova.
14. Guarde todo tipo de equipamento de comunicação eletrônico e relógio, durante a execução da prova.
15. Use o espaço na capa do caderno de prova para copiar as suas respostas, para posterior conferência, se quiser.
16. O resultado do concurso não será divulgado por telefone.
17. Após a realização das provas, os gabaritos e o conteúdo das provas objetivas serão divulgados, via internet, no site [concursopublico.uniuv.edu.br](http://concursopublico.uniuv.edu.br) a partir das 17h do dia 21 de maio de 2012.



**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS NA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VITÓRIA/PR**

---

1. Segundo o enfoque patrimonial e, em atendimento aos princípios contábeis geralmente aceitos, o regime adotado para a escrituração contábil do setor público que deverá ser observado é:
- A ( ) O regime Misto;  
B ( ) O regime de Caixa;  
C ( ) O regime de Competência;  
D ( ) Não há obrigatoriedade da escolha de um regime de escrituração;  
E ( ) Nenhuma das anteriores.
2. Qual das entidades listadas abaixo não está obrigada a atender **INTEGRALMENTE** as Normas brasileiras de contabilidade aplicada ao setor público (NBCASP):
- A ( ) As prefeituras municipais, apenas;  
B ( ) As câmaras dos vereadores, apenas;  
C ( ) As autarquias, apenas;  
D ( ) As fundações públicas de direito privado, apenas.  
E ( ) Todas as entidades acima estão obrigadas a atender integralmente a NBCASP.
3. Com a implementação das normas brasileiras de contabilidade aplicada ao setor público (NBCASP), os fatos administrativos deverão ser examinados e registrados por quê?
- A ( ) Têm origem no orçamento público;  
B ( ) Tem origem nos atos administrativos;  
C ( ) Produzirão alterações nas contas do Ativo e do Passivo;  
D ( ) Produzirão alterações nas contas do Patrimônio Líquido;  
E ( ) As alternativas “c” e “d” estão corretas.
4. O surgimento do subsistema de custo, como um dos subsistemas de escrituração da contabilidade aplicada ao setor público, tem como origem:
- A ( ) Uma novidade instituída pelas normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público;  
B ( ) Sua implantação como exigência da Lei 4320/64;  
C ( ) Sua implantação como exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal;  
D ( ) Seu surgimento na NBCASP vem ao encontro de uma necessidade de adaptação legal em atendimento à Lei 4.320/64 e à Lei de Responsabilidade Fiscal;  
E ( ) Nenhuma das anteriores.
5. A Contabilidade Aplicada ao Setor Público é organizada em forma de sistemas de informação contábil. Esse sistema contábil está estruturado nos seguintes subsistemas:
- A ( ) Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e de Compensação;  
B ( ) Financeiro, Patrimonial, compensação e de Custos;  
C ( ) Orçamentário, Financeiro, Patrimonial, Custo e de Compensação;  
D ( ) Financeiro, Patrimonial e de Compensação;  
E ( ) Nenhuma das anteriores.



**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS NA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VITÓRIA/PR**

---

6. Com relação aos atos administrativos, pode-se afirmar que:
- A ( ) Não provocam alteração no patrimônio;
  - B ( ) Provocam alteração no patrimônio;
  - C ( ) São objetos de escrituração contábil;
  - D ( ) Se contabilizados poderão alterar ou não o patrimônio líquido;
  - E ( ) Nenhuma das anteriores.
7. O consumo de material no setor público pode ser considerado como:
- A ( ) Um ato administrativo;
  - B ( ) Um fato contábil modificativo;
  - C ( ) Um fato contábil permutativo;
  - D ( ) Um fato contábil misto;
  - E ( ) Nenhuma das anteriores.
8. A fidedignidade deve ser uma característica do registro e da informação contábil no setor público que estabelece que:
- A ( ) Os registros e as informações contábeis devem reunir requisito de verdade e de validade que possibilitem segurança e credibilidade aos usuários no processo de tomada de decisão;
  - B ( ) Os registros contábeis realizados e as informações apresentadas devem representar fielmente o fenômeno contábil que lhes deu origem;
  - C ( ) Os registros contábeis devem ser realizados e as informações devem ser apresentadas de modo a não privilegiar interesses específicos e particulares de agentes e/ou entidades;
  - D ( ) Os registros contábeis e as informações apresentadas devem reconhecer os fenômenos patrimoniais na sua totalidade, não podendo ser omitidas quaisquer partes do fato gerador;
  - E ( ) Nenhuma das anteriores.
9. Das demonstrações contábeis listadas abaixo, qual não é aplicada ao setor público? Assinale a resposta correta:
- A ( ) Demonstração das variações patrimoniais;
  - B ( ) Demonstração do resultado econômico;
  - C ( ) Demonstração do fluxo de caixa;
  - D ( ) Demonstração de lucros ou prejuízos acumulados;
  - E ( ) Todas são aplicadas ao setor público.
10. De acordo com as Normas Contábeis Aplicadas ao Setor Público, não estão sujeitas ao regime de depreciação:
- A ( ) Todos os bens públicos;
  - B ( ) Bens de uso comum que absorveram ou absorvem recursos públicos, considerados, tecnicamente, de vida útil indeterminada;
  - C ( ) Terrenos rurais e urbanos;
  - D ( ) As alternativas “b” e “c” estão corretas;
  - E ( ) Os bens públicos não estão sujeitos ao regime da depreciação.



**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS NA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VITÓRIA/PR**

---

11. O princípio orçamentário que diz que o orçamento de todos os órgãos autônomos que constituem o setor público devem-se fundamentar em uma única política orçamentária estruturada uniformemente, e que se ajuste a um método único, é o princípio da:
- A ( ) Programação;
  - B ( ) Unidade;
  - C ( ) Universalidade;
  - D ( ) Exclusividade;
  - E ( ) Anualidade.
12. O estudo e aprovação da proposta orçamentária é uma das fases do Ciclo Orçamentário. Essa fase é de competência do:
- A ( ) Poder Executivo;
  - B ( ) Poder Legislativo;
  - C ( ) Poder Judiciário;
  - D ( ) Poder Executivo e Legislativo;
  - E ( ) Poder Executivo e Judiciário.
13. Com relação aos créditos adicionais especiais, é correto afirmar que:
- A ( ) Destinam-se ao reforço de dotações orçamentárias;
  - B ( ) Destinam-se a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;
  - C ( ) São destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública;
  - D ( ) São utilizados para cobertura de despesas eventuais ou essenciais e, por isso mesmo, não considerados na Lei do Orçamento e não necessitam de autorização legislativa;
  - E ( ) As alternativas “b” e “d” estão corretas.
14. Não são considerados como receita orçamentária os ingressos de recursos provenientes de:
- A ( ) Retenção de encargos da folha de pagamento;
  - B ( ) Operações de crédito de longo prazo;
  - C ( ) Operações de crédito por antecipação da receita orçamentária;
  - D ( ) Alienação de bens;
  - E ( ) Nenhuma das anteriores.
15. O que caracteriza a dívida pública ser classificada como flutuante é:
- A ( ) Ter sua exigibilidade em prazo inferior a 360 dias;
  - B ( ) Ter sua exigibilidade em prazo superior a 360 dias;
  - C ( ) Seu pagamento depender de autorização orçamentária;
  - D ( ) Seu pagamento não depender de autorização orçamentária;
  - E ( ) As alternativas “a” e “d” estão corretas.
16. O documento que cria para o órgão público a obrigação de pagamento é:
- A ( ) A licitação;
  - B ( ) O Edital de Licitação;
  - C ( ) A nota fiscal do fornecedor;
  - D ( ) A nota de empenho;
  - E ( ) Nenhuma das anteriores.



**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS NA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VITÓRIA/PR**

17. Quando não é conhecido o valor da despesa, que modelo de nota de empenho deve ser emitido?
- A ( ) Empenho-ordinário;  
B ( ) Empenho-global;  
C ( ) Empenho-estimativa;  
D ( ) Empenho-extraordinário;  
E ( ) Não se emite nota de empenho para despesas que não tenham seus valores conhecidos.
18. No caso da verificação de pagamento de despesas, sem a respectiva nota de empenho, a responsabilidade desse ato recairá sobre:
- A ( ) O fornecedor;  
B ( ) O ordenador da despesa;  
C ( ) O tesoureiro;  
D ( ) O licitante;  
E ( ) Nenhuma das anteriores.
19. A nota de empenho só terá valor se:
- A ( ) Estiver devidamente assinada pelo ordenador da despesa;  
B ( ) Acompanhada de nota fiscal de compra;  
C ( ) Constar data de vencimento da operação;  
D ( ) Constar o número da ordem de pagamento;  
E ( ) Nenhuma das anteriores.
20. Com relação ao orçamento público, é correto afirmar que:
- A ( ) Ele prevê receitas e despesas;  
B ( ) Ele fixa receitas e despesas;  
C ( ) Ele estima as receitas e fixa as despesas;  
D ( ) Ele fixa as receitas e estima as despesas;  
E ( ) Todas as alternativas estão corretas.
21. Seja o Balanço Patrimonial do Município-Modelo:

Em 31-12-X		\$ milhões	
<b>ATIVO</b>	<b>R\$</b>	<b>PASSIVO</b>	<b>R\$</b>
Ativo Financeiro	7.000,00	Passivo Financeiro	5.000,00
Ativo Permanente	3.000,00	Passivo Permanente	3.000,00
		Saldo Patrimonial	?
Total Geral	10.000,00	Total Geral	10.000,00

De acordo com o Balanço acima, podemos afirmar que:

- A ( ) O superávit financeiro é de \$ 5000,00 (em milhões);  
B ( ) O superávit Financeiro é inexistente;  
C ( ) O saldo patrimonial é \$ 2.000,00 (em milhões);  
D ( ) O superávit financeiro é igual ao saldo patrimonial;  
E ( ) As alternativas “c” e “d” estão corretas.



**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS NA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VITÓRIA/PR**

---

22. A Autarquia de Obras do Município-Modelo adquiriu cimento diretamente da fábrica, dispensando, dessa forma, o procedimento licitatório. A autarquia justificou a dispensa, devido ao fato de o fabricante não ter-se interessado por participar do certame licitatório, tendo em vista a necessidade de apresentação de uma série de documentos de habilitação e ainda ter que enviar representantes, e que, para o fabricante, a venda se tornaria inviável. Considerando as informações acima, podemos afirmar que a administração deixou de observar o (s) princípio(s) da:
- A ( ) Legalidade, apenas;  
B ( ) Igualdade, apenas;  
C ( ) Moralidade, apenas;  
D ( ) Competitividade, apenas;  
E ( ) Todas alternativas acima estão corretas.
23. Em qual dos contratos abaixo a entidade pública pode dispensar o processo licitatório? Assinale a resposta correta:
- A ( ) Contratação de um Contador;  
B ( ) Contratação de um Assistente Técnico Contábil de notória especialização;  
C ( ) Contratação de pessoal para o cargo de Auxiliar Contábil;  
D ( ) Em hipótese alguma, a administração pode contratar sem licitação;  
E ( ) Nenhuma das anteriores.
24. A adjudicação do processo licitatório é um ato praticado por autoridade competente para:
- A ( ) Convidar os fornecedores de serviços a participarem do processo licitatório;  
B ( ) Autorizar a abertura do processo licitatório;  
C ( ) Declarar oficialmente o licitante vitorioso;  
D ( ) Ter o mesmo significado de homologação do resultado do processo licitatório;  
E ( ) Nenhuma das anteriores.
25. Num processo licitatório em que a modalidade de licitação pode ser realizada por convite, a administração poderia substituí-la por qual das modalidades abaixo? Assinale a resposta correta:
- A ( ) Tomada de preço, apenas;  
B ( ) Concorrência pública, apenas;  
C ( ) Leilão, apenas;  
D ( ) As alternativas “a” e “b” estão corretas;  
E ( ) Nenhuma das anteriores.
26. Em uma reunião realizada para o julgamento de propostas apresentadas a um processo licitatório, em que constava no edital que os licitantes deveriam entregar dois envelopes: um grafado com a letra A, contendo a documentação exigida e, outro grafado com a letra B, contendo a proposta de preço, a Comissão constatou que uma das empresas participantes inverteu o conteúdo dos envelopes. Nesse caso, o procedimento correto a ser tomado pela comissão em relação ao fato ocorrido deverá ser:
- A ( ) Não levar em consideração o fato ocorrido;  
B ( ) Desclassificar imediatamente o licitante;  
C ( ) Verificar se a documentação apresentada no outro envelope está de acordo com as exigências no edital;  
D ( ) Devolver o outro envelope para o licitante, sem tomar conhecimento de seu conteúdo;  
E ( ) As alternativas “b” e “d” estão corretas.
-



**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS NA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VITÓRIA/PR**

---

27. A licitação destina-se a garantir a observância de qual princípio constitucional? Assinale a alternativa correta:

- A ( ) Legalidade;
- B ( ) Moralidade;
- C ( ) Igualdade;
- D ( ) Isonomia;
- E ( ) Nenhuma das anteriores.

28. A modalidade de licitação para contratação de pessoal efetivo é:

- A ( ) Concorrência Pública;
- B ( ) Concurso Público;
- C ( ) Processo Seletivo;
- D ( ) Convite;
- E ( ) As alternativas “b” e “c” estão corretas.

29. A única modalidade de licitação que não possui nenhuma restrição quanto ao seu uso nos processos licitatórios para aquisição de bens é:

- A ( ) O leilão;
- B ( ) A concorrência pública;
- C ( ) A tomada de preços;
- D ( ) O convite;
- E ( ) Nenhuma das anteriores.

30. É correto afirmar que a realização de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária poderá:

- A ( ) Ser realizada a partir do décimo dia do início do exercício;
- B ( ) Ser liquidada até o trigésimo dia do mês de dezembro de cada ano, inclusive com seus juros e outros encargos incidentes;
- C ( ) Ser realizada inclusive no último ano de mandato do executivo;
- D ( ) Ser realizada cumulativamente com operações anteriores;
- E ( ) As alternativas “b” e “c” estão corretas.

31. É vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesas correntes, exceto no(s) seguinte(s) caso(s):

- A ( ) Para pagamentos dos juros da dívida pública;
- B ( ) Para pagamento de pessoal inativo;
- C ( ) Se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos;
- D ( ) Para pagamento de rescisão contratual de servidores;
- E ( ) Nenhuma das anteriores.



**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS NA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VITÓRIA/PR**

---

32. A autorização para realização de operações externas de natureza financeira de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, e dos Municípios é de competência privativa:

- A ( ) Da Presidência da República;
- B ( ) Do Congresso Nacional;
- C ( ) Do Senado Federal;
- D ( ) Da Câmara dos Deputados;
- E ( ) Da assembleia Legislativa.

33. Sejam os grupos de natureza das despesas:

- I. Amortização da Dívida;
- II. Juros e Encargos da Dívida;
- III. Pessoal e Encargos Sociais;
- IV. Investimentos;
- V. Inversões Financeiras.

É correto afirmar que:

- A ( ) Os itens I, III e V pertencem à Categoria Econômica Despesas Correntes;
- B ( ) Os itens I, II e IV pertencem à Categoria Econômica Despesas de Capital;
- C ( ) Os itens II, III e V pertencem à Categoria Econômica Despesas Correntes;
- D ( ) Os itens III, IV e V pertencem à Categoria Econômica Despesas Correntes;
- E ( ) Os itens I, IV e V pertencem à Categoria Econômica Despesas de Capital.

34. Pertencem à categoria econômica Receitas Correntes os seguintes níveis de Origem:

- A ( ) Receita Tributária – Alienação de Bens;
- B ( ) Receita Patrimonial – Alienação de Bens;
- C ( ) Receita Patrimonial – Operações de Crédito;
- D ( ) Receita Tributária – Receita Patrimonial;
- E ( ) Operações de Crédito – Amortização de Empréstimos.

35. São considerados como origem de dispêndio Orçamentário e Extraorçamentário, respectivamente:

- A ( ) Juros e Encargos da Dívida – Devolução de Depósitos;
- B ( ) Devolução de Depósitos – Juros e Encargos da Dívida;
- C ( ) Recolhimento de Consignações – Devolução de Depósitos;
- D ( ) Devolução de Depósitos – Recolhimento de Consignações;
- E ( ) Juros e Encargos da Dívida – Amortização da Dívida.

36. São exemplos de Variação Patrimonial Aumentativa e Variação Patrimonial Diminutiva, respectivamente:

- A ( ) Juros de Dívida Contratual – Juros de Dívida Mobiliária;
- B ( ) Juros de Dívida Mobiliária – Juros de Dívida Contratual;
- C ( ) Ganho com alienação de Investimentos – Ganho com a venda de Imobilizados;
- D ( ) Ganho com venda de Imobilizados – Ganho com alienação de Investimentos;
- E ( ) Ganho com alienação de Investimentos – Juros da Dívida Mobiliária.



**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS NA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VITÓRIA/PR**

---

37. São exemplos de destinação de recursos primária e destinação de recurso não primária, respectivamente:
- A ( ) Operação de Crédito Interna – Operação de Crédito Externa;
  - B ( ) Operação de Crédito Externa – Operação de Crédito Interna;
  - C ( ) Transferências de Convênio para Educação – Transferência de Convênios para Saúde;
  - D ( ) Operação de Crédito Interna – Transferência de Convênio para Saúde;
  - E ( ) Transferência de Convênio para Saúde – Operação de Crédito Interna.
38. A característica do registro e da informação contábil que estabelece que os registros e as informações contábeis devem possibilitar a análise da situação patrimonial de entidades do setor público, ao longo do tempo, e estatisticamente, bem como a identificação de semelhanças e diferenças dessa situação patrimonial com a de outras entidades, é:
- A ( ) Objetividade;
  - B ( ) Comparabilidade;
  - C ( ) Verificabilidade;
  - D ( ) Uniformidade;
  - E ( ) Fidedignidade.
39. A demonstração contábil das entidades do setor público que evidencia as receitas e despesas, por categoria econômica, confrontados os valores estimados com os valores efetivamente realizados, demonstrando o resultado dessa execução, no final do exercício financeiro é:
- A ( ) O Balanço Patrimonial;
  - B ( ) O Balanço Orçamentário;
  - C ( ) O Balanço Financeiro;
  - D ( ) A Demonstração das Variações Patrimoniais;
  - E ( ) A demonstração dos Fluxos de Caixa.
40. São fatores que devem ser considerados ao se estimar a vida útil econômica de um ativo, exceto:
- A ( ) A capacidade de geração de benefícios futuros;
  - B ( ) A existência de assistência técnica especializada;
  - C ( ) O desgaste físico decorrente de fatores operacionais ou não;
  - D ( ) A obsolescência tecnológica;
  - E ( ) Os limites legais ou contratuais sobre o uso ou exploração do ativo.